

Universidades Lusíada

Martins, Robson de Souza

Serviço social e museologia social : entre uma política habitacional e atores interdisciplinares

<http://hdl.handle.net/11067/8120>

<https://doi.org/10.34628/7TX9-F571>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

Nas últimas décadas, Lisboa experimentou uma expansão significativa de bairros sociais, como resposta ao direito à habitação. Esses bairros, distinguem-se dos demais bairros municipais, em função do estigma historicamente associado e a formação de fronteiras simbólicas e culturais, para além da conceção para satisfazer principalmente uma população de menor poder aquisitivo, refletindo, por isso, a vulnerabilidade destes territórios e das famílias que os habitam. Questiona-se se a ação/inação do ...

In recent decades, Lisbon has undergone significant expansion of social housing neighborhoods, implemented as a response to the right to housing. These neighborhoods differ from other municipal neighborhoods not only due to their design, which targets low-income populations, but especially because of the historical stigma attached to them. This stigma contributes to the creation of symbolic and cultural boundaries, reinforcing the social and urban vulnerability of the families who live there. In...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-ISSSL] IS, n. 64 (2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-01T04:41:41Z com informação proveniente do Repositório

SERVIÇO SOCIAL E MUSEOLOGIA SOCIAL:
ENTRE UMA POLÍTICA HABITACIONAL E ATORES
INTERDISCIPLINARES

SOCIAL WORK AND SOCIAL MUSEOLOGY:
BETWEEN A HOUSING POLICY AND INTERDISCIPLINARY
ACTORS

Robson de Souza Martins

Assistente social

Pós-Graduado em Gestão Pública (UFRJ)

Mestre em Serviço Social e Política Social (ULHT)

Doutor em Museologia (ULHT)

ORCID: 0000-0002-0594-5233

DOI: <https://doi.org/10.34628/7TX9-F571>

Data de submissão / Submission date: 06.05.2024

Data de aprovação / Acceptance date: 18.12.2024

Resumo: Nas últimas décadas, Lisboa experimentou uma expansão significativa de bairros sociais, como resposta ao direito à habitação. Esses bairros, distinguem-se dos demais bairros municipais, em função do estigma historicamente associado e a formação de fronteiras simbólicas e culturais, para além da conceção para satisfazer principalmente uma população de menor poder aquisitivo, refletindo, por isso, a vulnerabilidade destes territórios e das famílias que os habitam. Questiona-se se a ação/inação do Estado promove esta condição de vulnerabilidade, assim como, se as políticas habitacionais contribuem também para o apagamento de memórias. Qualificamos o público-alvo desta política habitacional e apresentamos os conceitos básicos da Sociomuseologia e da Museologia Social como alternativas para um trabalho interdisciplinar, na garantia do direito à memória e ao patrimônio pessoal e comunitário, assim como do direito à cidade. Destacamos como objetivo do trabalho, fruto de uma investigação em curso, perceber se a partir de iniciativas museológicas fomentadas pelo poder público, a Museologia Social reduz fatores de vulnerabilidade nos denominados bairros sociais, estabelecendo como objeto a íntima relação entre Museologia e Serviço Social, as suas aproximações e ancoragens, enquanto parceiros privilegiados do trabalho de campo. Aplicamos uma metodologia qualitativa, utilizando a pesquisa ação, exploratória, indutiva e dedutiva e como instrumento de trabalho a realização de dois projetos, ou seja, duas iniciativas museológicas distintas em bairros sociais. Pretendemos, deste modo, contribuir para uma Política Habitacional inclusiva, valorativa do seu público nos aspectos mais diversos da sua cultura e capital humano e na relação agregadora entre Estado e Comunidade na construção de novas narrativas.

Palavras-chave: Serviço Social; Museologia social; Memória; Habitação e intervenção.

Abstract: In recent decades, Lisbon has undergone significant expansion of social housing neighborhoods, implemented as a response to the right to housing. These neighborhoods differ from other municipal neighborhoods not only due to their design, which targets low-income populations, but especially because of the historical stigma attached to them. This stigma contributes to the creation of symbolic and cultural boundaries, reinforcing the social and urban vulnerability of the families who live there. In this context, a key question arises regarding the role of the State: to what extent does its action or inaction contribute to perpetuating these conditions of vulnerability? Furthermore, do current housing policies also promote the erasure of collective memories within these territories, disregarding their human and cultural capital? In response, we propose a reevaluation of the target audience of housing policies, along with the introduction of key concepts from Sociomuseology and Social Museology as interdisciplinary alternatives. These fields offer tools to guarantee not only the right to memory and to personal and community heritage, but also the right to the city. The aim of this study, which is part of ongoing research, is to understand whether museological initiatives supported by public authorities can help reduce vulnerability factors in so-called social housing neighborhoods. To this end, we focus on the relationship between Museology and Social Work, analyzing their intersections, foundations, and potential as key partners in fieldwork. The research adopts a qualitative methodology, with exploratory, inductive, and deductive approaches, grounded in action research. As a methodological tool, we developed two distinct museological projects in social housing neighborhoods in Lisbon, with the goal of understanding their dynamics and impacts. Through this study, we seek to contribute to a more inclusive Housing Policy, one that values its beneficiaries in the diverse aspects of their culture, identity, and human capital, while fostering a collaborative relationship between the State and the community in building new narratives around the territory.

Keywords: Social work; Museology; Memory; Housing and intervention

Introdução

O Serviço Social sempre esteve no território, sendo um dos principais atores da intervenção social. Tratando-se das políticas de habitação, não foi diferente, acumulando um capital simbólico no trabalho comunitário e com as famílias. Para Prates (2007) as complexidades dos fenômenos sociais revelam cada vez mais a utilização de cadeias de mediações alternativas às áreas humano-sociais, em especial ao Serviço Social. De acordo com a autora, nenhuma ciência é capaz, de forma isolada, de abarcar plenamente essas expressões, sejam elas velhas conhecidas dos profissionais ou novas demandas que emergem da contemporaneidade. Neste sentido, a Museologia merece destaque na atual conjuntura, tendo em conta que o seu caminho profissional de ruptura com o conservadorismo e colonialismo, tal como o Serviço Social, permite um olhar ampliado sobre as estratégias de superação das fragilidades, em busca da equidade, igualdade, justiça social, para além da autonomia, do desenvolvimento das comunidades e suas famílias, entendidas como destinatários de intervenção (Andrade, 2001).

Ao encontro deste contexto, recorremos a Rechen (2011; pág. 139) que refere que “Para que o museu possa agir junto da comunidade e da sociedade tem de recorrer à interdisciplinaridade para conseguir dar conta de todos os aspectos da vida social”; porém, quando falamos de Museologia, não nos referimos só a museus e galerias de arte, tampouco a objetos e coleções, mas a um novo olhar que a ruptura propiciou, primeiramente por meio da Nova Museologia, que ampliou este campo de atuação, antes restrita aos museus e suas coleções e, mais recentemente, com a Sociomuseologia e Museologia Social, que apresenta outras possibilidades e várias abordagens do fazer museológico, a exemplo dos museus comunitários, museus de rua, ecomuseus, museus temáticos, entre outros.

Recorremos a Moutinho (1993; pág. 07) para quem “o conceito de Museologia Social traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”. Para além deste conceito o referido autor, revela ainda que este campo do conhecimento, ou seja, a Sociomuseologia apela às outras áreas já consolidadas, e neste sentido que o Serviço Social pode contribuir, e como estes olhares se relacionam com a Museologia e se complementam.

Nesse contexto, a Museologia Social utiliza ferramentas museológicas, como a pesquisa, comunicação, salvaguarda e divulgação, aplicadas aos grupos envolvidos na intervenção. Através desse processo museológico, as próprias histórias, memórias e trajetórias de vida, transformam-se em objetos simbólicos, promovendo reconhecimento, identidade e autoconhecimento.

Entende-se que aceder a competências proporcionadas pelo «objeto» gerado pelas memórias, vivências e percursos, contraria a condição de invisibilidade e vulnerabilidade.

Destaca-se ainda o entendimento de que a “cadeia operatória museológica” centrada na comunicação e salvaguarda - esta última um procedimento que tem por sentido a proteção, a defesa e a eliminação dos riscos (Bruno, 2021) - pressupõe que as práticas museais possuem a premissa de utilizar todos estes recursos na manutenção e valorização da vida.

O Assistente Social e o Museólogo desempenham, nesse contexto, um papel crucial no território, podendo ser denominados ambos como trabalhadores (as) sociais. Esta denominação, apresentada por Brayner (2022) e baseando-se em autores como Paulo Freire e Waldisa Rússio, qualifica o/a trabalhador/a social como agente decisivo em campo. Este profissional transcende o trabalho distante e neutro, adotando uma perspectiva estratégica, histórica, humana, decolonizadora e comprometida com a transformação. Tal acontece porque a Museologia Social, além de oferecer um olhar diferenciado sobre os destinatários da intervenção, emerge também como uma ferramenta para a desconstrução dos sistemas de manutenção do poder.

Se identificamos, por um lado, o trabalhador(a) social, por outro, e não menos importante, valorizar o ator destinatário da intervenção. É ele quem provoca os trabalhadores (as) sociais, instigando-os a agir (Andrade, 2001).

São variadas as terminologias utilizadas na identificação de públicos destinatários da intervenção: Harari (2018) faz referência ao termo «excluído», dizendo respeito a todos aqueles que não beneficiam da globalização; já Primo & Brayner (2018), introduzem o conceito de «silenciados», muito ao encontro da ausência de memórias femininas ao longo da história, termo bastante apropriado para o contexto, trazendo à reflexão que destinatário de intervenção e interseccionalidades são indissociáveis, sendo que quanto mais camadas, mais profunda é a vulnerabilidade apresentada.

Podem, ainda, ser entendidos como os “heróis invisíveis”, cuja existência rompe com a noção tradicional do herói glorioso e romântico. Aqui, o foco está naqueles que resistem às inúmeras ausências, dificuldades e desafios do quotidiano. Sujeitos que, embora não celebrados, exercem uma forma de heroísmo silencioso, expressando resiliência face às adversidades. Neste sentido, Chagas (2010) faz referência à ideia de heróis populares, afirmando poeticamente que são aqueles que se saboreiam com suas vitórias e derrotas, em função de enfrentamentos políticos, sociais e econômicos, e que suas trajetórias de vida estão qualificadas numa dimensão épica.

Embora os heróis apresentados na obra de Chagas (2010) tenham deixado um legado, possuem algo em comum com os destinatários de intervenção, ou seja, a luta pela sobrevivência e existência, luta quotidiana que contrapõe a invisibilidade e a exclusão. Avolumando o pensamento, os heróis são figuras, arquétipos, que possuem as competências necessárias para superar determinado problema (Tocafundo & Rodrigues, 2019); no entanto, extraído de narrativas ficcionais, mas cabendo a ruminação, temos também a figura do anti-herói, que em contraposição ao herói tradicional, possui características essencialmente humanas, no “equilíbrio entre virtudes e defeitos da conduta moral” (Tocafundo & Rodrigues, 2019; p.03 apud Baranta, 2015; p.07) que na resolução do problema poderá lançar-se de forma maniqueísta, o que nos leva a intuir e

crer que o destinatário de intervenção no enfrentamento quotidiano possui mais traços de anti-herói que de herói, por ser real, verdadeiro e humano.

Contexto

No âmbito das políticas públicas de habitação, concebidas e implementadas pelo Estado para responder a famílias de menor poder aquisitivo e que não reúnem os critérios necessários para o mercado privado, surgem duas hipóteses, sendo a primeira, o apagamento de memórias. Bruno (2015) afirma que a memória é uma construção individual e coletiva, moldada por indicadores culturais e pela apreensão do ambiente ao redor. Nesse sentido, o apagamento ocorre justamente pela rutura dessas apreensões, quer ao nível micro, isto é, na casa, quer ao nível macro, quando se amplia o conceito de casa para o seu entorno, como a comunidade e o território.

A ideia de bairro está ligada a dois componentes: social e geográfico - população e território, que lhe garante uma identidade específica (GOVINT, 2015), que por sua vez, integra um território maior, ou seja, a cidade. Entretanto, os bairros municipais diferem-se entre eles, de modo que podemos encontrar num território ampliado. Os bairros caracterizados por maior vulnerabilidade, rotulados como “Bairro Social”, carregam uma terminologia que traz consigo uma conotação negativa e estigmas associados.

Segundo Moisés (2013), na década de 1950, os fluxos migratórios em direção a Lisboa, motivados pela busca por melhores condições de vida, deram origem a diversos bolsões habitacionais informais. Já na década de 2010, foi constituído o Govint – Fórum para a Governação Integrada, com o objetivo de construir uma resposta articulada e intersectorial às problemáticas sociais. Embora sua atuação tenha uma abrangência mais ampla, interessa destacar que essa rede colaborativa passou a designar tais territórios como Bairros Prioritários, reconhecendo-os como espaços marcados por profundas vulnerabilidades sociais e pela persistência de problemáticas estruturais.

Mesmo com a implementação de respostas públicas no campo habitacional — como a criação de bairros sociais —, a efetivação do

direito à habitação mostrou-se parcial e, muitas vezes, insuficiente para assegurar níveis adequados de segurança e qualidade de vida. Tal constatação também é reforçada pela Comissão Europeia, que classificou esses territórios como Áreas Urbanas em Crise, recomendando a sua inclusão como prioridade nas políticas públicas, por meio de intervenções integradas e sustentadas.

Embora Moisés se refira à realidade da década de 1950, o descompasso entre a necessidade habitacional e o crescimento populacional é uma constante que atravessa diferentes períodos históricos. As respostas do Estado à questão da habitação foram diversas ao longo do tempo, destacando-se programas como o Programa das Casas Económicas, nos anos 1930, o SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, na década de 1970¹, e o PER – Programa Especial de Realojamento, implementado a partir de 1993. Tais iniciativas evidenciam que o direito à habitação não se concretiza de forma imediata, mas depende de ações coletivas, estruturais e de longo prazo, baseadas em políticas públicas consistentes e inclusivas.

Esse contexto, leva-nos à segunda hipótese: embora esses territórios façam parte da cidade, contraditoriamente, permanecem distantes dela. Isso remete à ausência do direito à cidade, que, conforme Harvey (2012), não se limita ao uso dos recursos urbanos, mas também envolve a participação ativa nas transformações e no bem-estar social, isto é, o direito à cidade inclui a possibilidade de habitar, ocupar, produzir, decidir e desfrutar dos espaços de forma igualitária.

O território é um campo dinâmico e vivo, e a vulnerabilidade expressa-se de diversas formas: ausência dos atores institucionais, distância dos serviços e das políticas públicas, bem como da presença de grupos organizados para realização de práticas ilícitas, toxicodependentes, caracterizando-se como mais uma expressão da violência urbana, que somada a outros fatores de risco, como:

¹ A partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, Portugal vivenciou um ganho exponencial na política de habitação pública, decorrente da redemocratização e da emergência do Estado Social. Este período marcou uma profunda mudança na forma como o direito à habitação passou a ser encarado, saindo de uma lógica assistencialista e fragmentada para uma abordagem mais integrada.

insalubridade, crise identitária, baixas habilitações escolares, saúde inconstante, desemprego ou emprego precário, grupos étnicos heterodoxos, imigrantes, casas desqualificadas e com sobreocupação. Isso revela que a vulnerabilidade não está exclusivamente ligada à pobreza e que o seu conceito abrange diversas abordagens teóricas e metodológicas. Segundo Alves (2020), a vulnerabilidade pode ser avaliada não apenas pela situação económica, mas também pelo grau de complexidade a que a população está exposta a riscos e à sua capacidade de resposta face a essas adversidades. Sendo assim, pergunta-se: o apagamento de memórias também é um elemento, que somado aos demais elementos apontados nesta reflexão, favorece a vulnerabilidade?

A casa representa além de proteção, segurança; Baumann (1999) argumenta que a cidadania está intimamente ligada aos assentamentos, e a ausência de um lar pode resultar na exclusão da comunidade, afetando o sentimento de pertença e identidade. Por outro lado, ao entender a propriedade como o “poder sobre a coisa” (Esperança, 1997, p. 66), e considerando que a casa é uma propriedade, neste caso exclusivo do Estado, identificamos um forte elemento de poder estatal sobre os destinatários de intervenção. Essa dinâmica manifesta-se através da “coisa”, ou seja, da unidade habitacional, que se torna um meio pelo qual o Estado exerce controle e influência sobre a população.

Os empreendimentos habitacionais, têm-se esforçado para garantir o direito à habitação. Contudo, uma análise crítica mais detalhada revela que, apesar do avanço na promoção da inclusão e integração social das famílias, ainda existem limitações significativas. Esses empreendimentos têm-se concentrado em responder às famílias que não têm condições financeiras para adquirir ou alugar imóveis no mercado privado, desafiando parcialmente a lógica de mercado e especulação imobiliária. No entanto, a política habitacional por si só, não é suficiente para resolver as necessidades dessas famílias. É crucial adotar uma abordagem mais integrada e transversal, que envolva outras políticas públicas, para assegurar uma resposta mais efetiva e abrangente.

Considerando estas ausências como uma inação do Estado, vis-

to que as suas políticas não chegam na integralidade ou totalidade ao destinatário de intervenção, podemos então dizer, que este não agir, esta não presença do Estado também fomenta desigualdades e vulnerabilidades nos e entre os territórios?

Neste seguimento, Gonçalves (2017) explica que o Estado, através de uma administração pública oficiosa, possui um ordenamento jurídico que lhe atribui um poder que lhe permite atuar em prol do bem e interesse público; porém quando o Estado não age, não toma providência, está contrariando sua prerrogativa, identificando-a como: “(...)...de inação, de inércia, de omissão ou de não exercício pela Administração Pública das suas competências próprias de atuação oficiosa” (Gonçalves, 2017 pág. 297).

Segundo Giddens (1991), a inércia dos Estados, frequentemente marcada pela burocracia, está ligada à incapacidade de estabelecer conexões entre o local e o global, o que acaba por impactar diretamente na vida das pessoas. O Estado, por sua vez, atua através de políticas públicas, que podem ser compreendidas, de acordo com Souza (2006, p. 24, citando Dye, 1984), como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Santos (2006) também contribui para essa reflexão ao acompanhar o pensamento sobre as definições de políticas públicas, que podem ser vistas como mecanismo de ação do Estado, voltado para o desenvolvimento, a proteção da coletividade e a superação de barreiras que comprometem o bem-estar social.

Descrição da prática profissional - A esperança precisa da prática

Com o objetivo de perceber se a Museologia Social, a partir de iniciativas museológicas fomentadas pelo Estado, reduzem fatores de vulnerabilidade em Bairros Sociais, estabeleceu-se como objeto de estudo a relação entre Museologia e Serviço Social no âmbito interdisciplinar.

A investigação, após um amplo estudo bibliográfico, teve como método de trabalho a triangulação pesquisa exploratória, pesquisa-ação e pesquisa indutiva-dedutiva, através da aplicação de duas

iniciativas museológicas como ferramenta de trabalho, as quais denominamos também como «experiência museológica» tendo em vista sua concepção com contornos da Museologia Social, ancorado no entendimento de Freitas & Castro (2015) que apresenta uma das características da Museologia: a salvaguarda e a proteção das “tradições humanas, paisagens culturais e territórios vinculados às relações de grupos historicamente injustiçados por processos econômicos” (Freitas & Castro, pág.41). Nesta direção, Zen (2011) também reforça que estas relações quotidianas, dinâmicas de vida, diversidade cultural, entre outros elementos do território são consideradas patrimônio. Assim sendo, as experiências museológicas foram:

- 1) Projeto de Intervenção Artística do Bairro 2 de Maio, localizado na Freguesia da Ajuda, que teve como objetivo ressignificar obras do Museu de Lisboa – Palácio Pimenta, por meio da participação comunitária, de modo que esta ressignificação refletisse o quotidiano da comunidade e a história do Bairro. A princípio, em carácter preliminar, o trabalho, para além do espaço de fala, propiciou espaço de existência, possibilitando no universo museológico, «o fato museal», caracterizado nas definições de Souza (2021) ao evocar Waldisa Russio, por três elementos: o sujeito (os participantes), o objeto (a ressignificação das obras) e o cenário (Bairro 2 de Maio). Destaca-se que após trabalho com a comunidade, o resultado da ressignificação foi pintado por artistas urbanos nas empenas dos edifícios previamente selecionados, favorecendo ainda a possibilidade de criação de percurso de arte urbana no território. A escolha deste Bairro deu-se à ausência de serviços, projetos e programas, de forma que a experiência museológica pudesse valorizar esta comunidade, distinguindo-se de outros projetos de arte urbana na cidade de Lisboa pelo fator participativo e colaborativo.
- 2) Projeto Memórias, Identidade e Liberdade no Bairro da Liberdade, na Freguesia de Campolide, teve como objetivo realizar uma exposição das histórias de vida dos primeiros moradores do empreendimento destinado a habitação social

do bairro, suas apreensões da casa e do bairro, projeto ancorado à definição de Rocha (2008 pág. 267): “Em sistemas complexos, como as sociedades humanas, o desenvolvimento só ocorre quando conseguem se instalar padrões de interação internos (entre os elementos do conjunto)...” ou seja, por mais diferentes que sejam estes moradores, participantes desta exposição com suas memórias, percursos de vida e rotinas quotidianos, há, nesta ocasião, algo que os une: a sua legitimidade. As ilações preliminares mostram que a exposição se constituiu neste sentido, enquanto objeto de reconhecimento. Destaca-se que a escolha deste Bairro, deu-se com o objetivo de integrar e fortalecer uma atividade já em andamento no território. Diferentemente do Bairro 2 de Maio, o Bairro da Liberdade contava com um trabalho comunitário de continuidade, o que proporcionou uma base mais sólida para a implementação das ações.

Resultados e Contribuições preliminares do trabalho realizado

Muitas são as apreensões deste trabalho realizado no decorrer do ano de 2021 gestado em momento pandêmico, apreensões que foram sendo lapidadas posteriormente e as experiências museológicas têm sido concebidas a partir da iniciativa do poder público, em articulação com os parceiros atuantes no território. Nota-se que todo o projeto possui um público-alvo que dele beneficia diretamente, mas também alcança um público indireto, composto por todos aqueles que acedam aos resultados de alguma forma, especialmente com o advento das redes sociais. No contexto dos bairros sociais, essa dinâmica contribui para reduzir a visão estigmatizada e estereotipada que, em geral, a população tem desses espaços.

Parte-se do princípio de que nenhuma iniciativa substitui o papel dos atores institucionais presentes no território, nem da figura pública responsável por combater diversas expressões de vulnerabilidade. Mesmo sendo uma ação promovida pelo ente público, com foco e objetivos distintos, como no caso das políticas habitacionais, o seu propósito é específico: oferecer a manutenção dos edifícios

deteriorados e promover o fortalecimento do sentido de pertença e identidade do morador em relação à sua unidade habitacional, às áreas comuns e ao entorno.

Observam-se indícios de que a população tende a ligar à iniciativa a responsabilidade de denunciar e concretizar as suas reivindicações. Isso deve-se, em parte, ao facto de que, historicamente, a população tem sido mais representada do que a se autorrepresentar, o que limita o seu envolvimento e participação ativa. Além disso, o descrédito do poder público agrava a situação, dificultando a aproximação e a criação de um diálogo mais efetivo entre a comunidade e as instituições responsáveis.

Porém, as iniciativas contribuem dialogando com as engrenagens que possuem como missão dar resposta às necessidades do território, movimentando as instituições que se colocam no campo de outra forma, ou seja, mais resolutiva diante das questões e/ou ainda despertando e ampliando a visão de mundo do adolescente/jovem/adulto/família/comunidade para enfrentamentos na vida quotidiana.

Outros indícios apontam aspectos como a legitimidade e o reconhecimento, que, quando presentes, fazem com que os participantes se sintam valorizados, elevando a autoestima e transformando estados de apatia numa força motriz. Esses dois fatores, legitimidade e reconhecimento, despertam sentimentos de orgulho e promovem o sentido de pertença e identidade, fortalecendo o vínculo dos indivíduos com o seu território e a sua comunidade.

Nota-se, ainda, que a junção destes aspectos e movimentação da rede parceira geram mudanças no microssistema, e se aplicados de forma «contínua» poderão reverter a vulnerabilidade, considerando que esta possui múltiplas manifestações. Por outro lado, surgem desafios que merecem reflexão, como o facto de que as práticas comunitárias não devem seguir o tempo do mercado (início, meio e fim), uma vez que os destinatários das intervenções possuem um ritmo diferente. Essa disparidade de tempos, limita drasticamente as possibilidades de sucesso, pois a implementação de ações comunitárias exige um processo contínuo e adaptado às realidades locais, não podendo ser reduzida a prazos ou metas rígidas.

Todo o trabalho que envolve trabalhadores(as) sociais e as suas instituições deve ter premissas bem definidas. A primeira é a preponderância da iniciativa, o que implica uma compreensão clara das competências exigidas à equipe de trabalho. Nas experiências realizadas nos bairros 2 de Maio e Liberdade, destaca-se a preponderância no campo da Sociomuseologia, dado o objetivo principal de preservar o patrimônio simbólico e proteger as memórias individuais e coletivas, as vivências comunitárias e a história desses bairros. revertendo a ordem que mantém os sistemas de poder, motivo pelo qual defende-se o papel dos atores enquanto trabalhadores (as) sociais, na condução desta insurgência e na legitimação destas novas narrativas que se apresentam com os trabalhos.

A preponderância dos trabalhos não exclui a relevância de outras dimensões conexas do trabalho, como a habitacional, saúde e social, no entanto ao lidar diretamente com as comunidades, surgem outros dilemas ao longo do processo, ou seja, descortinam-se camadas da vulnerabilidade, o que implica uma compreensão maior das competências exigidas da equipe de trabalho, e portanto das instituições proponentes parceiras e da rede de proteção, visando a produção de respostas também nestes campos, o que reforça a necessidade de uma equipe interdisciplinar, especialmente a presença de um assistente social.

Esse profissional exerce um papel essencial não apenas na realização de diagnósticos, sinalizações e articulações com a rede de serviços, mas também na formulação de estratégias que promovam o acesso aos direitos, incentivem a participação ativa da população, e estabeleçam mediações capazes de ampliar a visão de mundo, o conhecimento e a capacidade de intervenção sobre a realidade. Trata-se de um trabalho que visa fomentar a autonomia individual ao longo de todas as etapas da vida, bem como o desenvolvimento e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Nesse contexto, e a partir das especificidades e singularidades que caracterizam a profissão, compreende-se que o profissional atua não apenas na base das políticas públicas, mas também como agente de impulso e ancoragem junto às lideranças institucionais, contribuindo para processos decisórios comprometidos com a

construção de políticas públicas orientadas pela garantia dos direitos humanos. Essa atuação deve estar sempre atenta aos aspectos éticos, culturais e políticos que permeiam o trabalho social, reafirmando o compromisso com a justiça social, a equidade e o respeito à diversidade.

Considerações finais

Para o desenvolvimento dos trabalhos comunitários, existe uma tríade imprescindível a sua realização: trabalhador (a) social, destinatário de intervenção e o território, não existe nível de importância, mas de complementaridade. Entende-se que os Assistentes Sociais podem aprimorar o agir profissional, assumindo a característica de trabalhador (a) social, assim como outros trabalhadores (as) interdisciplinares. Por outro lado, nota-se que a Museologia Social é uma ferramenta de intervenção transgressora, que quando internalizada altera não somente o agir profissional, como a forma de lidar no campo, propiciando a competência cultural e a decolonialidade, ou seja, horizontalizando as relações e focando nas potencialidades do destinatário de intervenção.

Tratando-se do Serviço Social e Sociomuseologia/Museologia Social, percebe-se para além da combinação de duas disciplinas e do encontro de objetivos, um alinhamento político, cultural e social, um patrimônio do território, que culmina na salvaguarda de vidas, visibilizando-as, legitimando-as e emancipando-as.

A evolução da sociedade contemporânea tem introduzido novas categorias de direitos, entre as quais se destacam o direito à memória e o direito ao patrimônio individual e coletivo. Esses direitos ampliam o campo de atuação dos trabalhadores (as) sociais, posicionando-os como agentes fundamentais também na defesa, promoção e garantia desses direitos nas diversas iniciativas sociais.

Contudo, o poder simbólico e político está constantemente a procurar formas de preservar as suas estruturas hegemônicas e manter o seu domínio. Nesse contexto, os resultados indicam que, a nível micro, uma comunidade fortalecida e unida por sentimentos objetivos comuns tende a ter menos receios em se expressar e rei-

vindicar os seus direitos. Atores interdisciplinares, como os profissionais do Serviço Social e da Museologia Social que atuam em territórios de Bairros Sociais, devem ter como foco aceder e proteger as memórias e patrimónios pessoais de forma a influenciar essas engrenagens de poder. Ao fazer isso, contribuem para a transformação das realidades locais, reduzindo vulnerabilidades e promovendo mudanças sociais significativas.

Referências Bibliográficas

- ALVES, J. D. G. (2020). O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) como ferramenta para promoções políticas públicas: aplicação do índice no município de Piracicaba – São Paulo. Faculdade de Ciências Aplicadas: FCA/UNICAMP
- ANDRADE, M. C. S. (2001). Campo de intervenção do serviço social: autonomias e heteronomias do agir (n.º. 23-24 p.217-232). Lisboa: Intervenção Social/Universidade Lusíadas
- BRAYNER, V. (2022). O museólogo como trabalhador social na construção de futuros inéditos. (n.º.19, vol. 63). Lisboa: Cadernos de Sociomuseologia.
- BRUNO, M. C. O. (2021). Sinergias e enfrentamentos: as rotas percorridas que aproximam a museologia da Sociomuseologia. (Teoria e Prática da Sociomuseologia, p.39-64). Lisboa: ULHT
- CHAGAS, M & GOUVEIA, I (2014). Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). (Ano 27 n.41, p. 9-22). Lisboa: Cadernos do CEOM
- CHAGAS, M (2010). A poética das casas museus de heróis populares. Revista Mosaico: Unirio/Ibram
- ESPERANÇA, E. J. (1999). Património políticas e práticas culturais: Uma abordagem comunicacional. Tese apresentada na Universidade de Évora para obtenção do grau de doutor.
- FREITAS, K. A. & CASTRO, L. M (2015). Outra Museologia, outros sujeitos, outras pedagogias. 2.o Seminário Brasileiro de Museologia. Recife: Museu do Homem do Nordeste
- GIDDENS, A. (1991). As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP.

- GONÇALVES, P. C. (2017). Ensaio sobre a figura da inação administrativa oficiosa. (publicado na obra *Nos 20 Anos dos CJA, CEJUR*, 295-340). Braga.
- GOVINT, (2015). *Governança Integrada – a experiência internacional e desafios para Portugal*. Fórum para Governança Integrada. Lisboa: IPAV
- HARARI, Y.N. *Sapiens: História Breve da Humanidade*. Lisboa: Elsinore
- HARVEY, D. (2012). *O direito à cidade*. Tradução: Jair Pinheiro. (n.29, p.73-89, jul./dez.). São Paulo: Lutas Sociais
- LEITE, P. P (2014). *A nova museologia e os movimentos sociais em Portugal*. Cadernos de Sociomuseologia
- MARTINS, R. S. (2025). *Bairros Municipais: A Museologia Social em festa! Tese apresentada na Universidade Lusófona de Lisboa para obtenção do grau de doutor*.
- MOISÉS, I. M. C. N. (2013). *O Bairro do Casal da Mira, Município da Amadora: Um Território de Inclusão ou Exclusão? (Intervenção Social, n.º 41)*. Lisboa: Lusíada.
- MOUTINHO, M. C. (1993). *Sobre o conceito de museologia social*. In *Cadernos de Sociomuseologia*. Vol. 1, nº 1. Lisboa: ULHT.
- MOUTINHO, M., (2014). *Entre os museus de Foucault e os museus complexos*, Revista MUSAS, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), Setúbal, 9 – 14.
- PRIMO, J. & BRAYNER, V. (2018). *Nunca mais o silêncio: Por uma política das memórias do feminino na resistência (Revista do programa de pós-graduação em ciência da informação da universidade de Brasília)*.
- PRIMO, J. & MOUTINHO, M. (2021). *Sociomuseologia e Decolonialidade: contexto e desafios para uma releitura do Mundo*. (Teoria e Prática da Sociomuseologia, p.19-38). Lisboa: ULHT
- RECHENA, A. M. D. (2011). *Sociomuseologia e género: Imagens da mulher em exposições de museus portugueses*. Tese apresentada na Universidade Lusófona de Lisboa para obtenção do grau de doutora.
- ROCHA, H. (2008). *Serviço Social e Desenvolvimento Local*. (Intervenção Social, n. 32-34). Lisboa: Lusíada.